



Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

CÂMARA SUSTA PROCESSOS, GOVERNO TROCA MINISTRA E PDT DEIXA BASE

A semana foi marcada por intensos acontecimentos nos três Poderes da República, com decisões relevantes no Legislativo, mudanças no Executivo e movimentações no Judiciário. A Câmara dos Deputados tomou medidas controversas envolvendo parlamentares acusados no contexto dos atos de 8 de janeiro de 2023, enquanto o governo federal promoveu alterações ministeriais em meio a críticas internas e externas. Paralelamente, o presidente Lula iniciou uma missão diplomática à Rússia e à China, buscando fortalecer relações comerciais. A seguir, um panorama dos principais desdobramentos políticos dos últimos dias.

CÂMARA APROVA SUSPENSÃO DA AÇÃO PENAL CONTRA RAMAGEM E MANDATO DE GILVAN DA FEDERAL

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, a suspensão parcial do processo penal contra o deputado Delegado Ramagem (PL/RJ), citado na denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) acerca dos eventos de 8 de janeiro de 2023. Em março, o Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu a denúncia, tornando réus os envolvidos, sob acusação de tentativa de golpe de Estado.

A peça acusatória, assinada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, menciona outros 33 nomes, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). No entanto, Ramagem é o único parlamentar que se tornou réu por decisão da Suprema Corte. O pedido de sustação da ação penal foi protocolado pelo Partido Liberal em abril e aprovado na quarta-feira (7) pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), sendo submetido ao Plenário no mesmo dia.

O relator da matéria, deputado Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL), argumentou que o delegado não poderia ter participado de uma tentativa de golpe, tendo em vista a data de início do governo. Apesar da aprovação pela Câmara, a Constituição Federal só permite a suspensão de processos criminais por crimes cometidos após a posse parlamentar. Por esse motivo, o STF autorizou a sustação de apenas duas das cinco ações penais contra Ramagem. O ministro Cristiano Zanin (STF) convocou sessão da 1ª Turma para esta sexta-feira (9), a fim de analisar o caso.



“Presidente Hugo Motta, refiro-me à Vossa Excelência com muito respeito e gratidão, porque, na política, gestos são eternizados. Hoje o seu gesto foi o de respeitar o trâmite, respeitar a Constituição e, em tempo apropriado, conforme preconiza a nossa Constituição, atender ao pedido do Partido Liberal quanto ao recurso concernente ao deputado Ramagem. Que fique registrada a gratidão do Partido Liberal”

Sóstenes Cavalcante (PL/RJ),
Líder do PL na Câmara

Ainda na quarta-feira (7), o Plenário da Casa aprovou a suspensão do mandato do deputado Gilvan da Federal (PL/ES), em razão de declarações ofensivas dirigidas à ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT). As falas ocorreram durante um discurso no Plenário, em resposta às declarações do presidente Lula (PT) por ocasião da posse da ministra. O deputado estará afastado da função por 90 dias, sem convocação do suplente.

APÓS ACUSAÇÕES, LULA DEMITE MINISTRA DAS MULHERES E DÁ POSSE À SUBSTITUTA

No âmbito do Executivo, a semana foi marcada por mudanças na Esplanada dos Ministérios. Na segunda-feira (6), Cida Gonçalves foi exonerada do cargo de ministra das Mulheres, após denúncias de assédio moral e racismo. No mesmo dia, Márcia Lopes assumiu a chefia da pasta.

A nova ministra, filiada ao PT, é assistente social, ex-vereadora de Londrina (PR) e já ocupou o cargo de ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Márcia é irmã de Gilberto Carvalho, que chefiou o gabinete de Lula durante o primeiro mandato do presidente.



“A prioridade é concretizar a intersetorialidade na política para as mulheres em todo o país. Articular as ações de saúde, educação, assistência social, trabalho, cultura, esporte, Segurança Alimentar e Nutricional, alavancando as iniciativas que impactem na vida das mulheres”

Márcia Lopes (PT),
Ministra das Mulheres

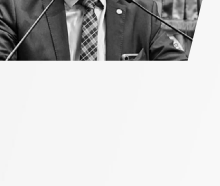
Entre os principais desafios de sua gestão está o aprimoramento da estrutura administrativa da pasta, considerada pouco eficiente por Lula, que chegou a fazer críticas públicas à atuação de sua antecessora.

PDT ENFRENTA RACHA EM RESPOSTA À DEMISSÃO DE LUPI

A crise provocada pelo escândalo de corrupção no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) gerou novas tensões na base aliada do governo. O PDT, partido do ex-ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, decidiu romper com o governo na Câmara dos Deputados. A decisão veio após a nomeação de Wolney Queiroz para substituir Lupi, sem consulta prévia aos dirigentes da sigla.

Na semana anterior, o líder do partido na Câmara, Mário Heringer (MG), já havia anunciado que a legenda adotaria uma postura independente caso a substituição de Lupi se concretizasse. A decisão de deixar a base foi tomada de forma unânime pela bancada na Casa Baixa. Já os senadores do PDT criticaram a decisão dos deputados e informaram que continuarão alinhados ao Executivo no Senado.

Heringer também citou o histórico de insatisfações acumuladas ao longo dos dois anos de governo:



“Na verdade, o que aconteceu conosco foi uma soma de coisas durante esse tempo, esses dois anos e pouco, que a gente vem já reclamando, dizendo, dando notícias ao governo, dando notícias, inclusive, pela imprensa, das relações ruins que ocorriam entre o governo e a bancada do PDT na Câmara.”

Mario Heringer (PDT/MG),
Líder do PDT na Câmara dos Deputados

O rompimento do PDT com o governo na Câmara dos Deputados pode ser lido, além da insatisfação com a condução das relações institucionais, como um reposicionamento estratégico da legenda. Há a percepção de que, ao se distanciar do Planalto, o partido busca fortalecer uma eventual candidatura de Ciro Gomes, que aparece em posição competitiva nas últimas pesquisas de intenção de voto que projetam cenários para 2026.

LULA E COMITIVA VÃO À RÚSSIA E CHINA PARA FIRMAR ACORDOS COMERCIAIS

Nesta quinta-feira (8), o presidente Lula partiu em comitiva oficial rumo à Rússia, com o objetivo de estreitar os laços comerciais com o país. Após os compromissos em Moscou, a delegação seguirá para a China.

A comitiva é composta pelos ministros Mauro Vieira (Relações Exteriores) e Alexandre Silveira (Minas e Energia), além do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP). Com a ausência do chefe do Congresso Nacional, a expectativa é de que a próxima semana registre atividade legislativa reduzida no Parlamento Federal.